



Data: 15.02.2019

Título: HOSPITAIS DE SAÍDA DAS CONVENÇÕES ANUNCIAM CONSULTAS A 35 EUROS

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;12;13;14;15;16;17;



ADSE. HOSPITAIS DE SAÍDA DAS CONVENÇÕES ANUNCIAM CONSULTAS A 35 EUROS

O i tentou marcar consultas e é este o preço que está a ser dado aos beneficiários. Tendo seguro pode sair mais barato, informam hospitais

“O REGIME DE BENEFÍCIOS DA ADSE NÃO TEM COMPARAÇÃO COM NENHUM SEGURO”
diz Sofia Portela, presidente da ADSE

- ➔ Cenário de cartel nos anúncios dos maiores grupos privados pode vir a ser investigado
- ➔ Associação de hospitalização privada admite que pode haver recuo // PÁGS. 12-21

Área: 6188cm² / 64%

Tiragem: 16.000
FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6383551



Data: 15.02.2019

Título: HOSPITAIS DE SAÍDA DAS CONVENÇÕES ANUNCIAM CONSULTAS A 35 EUROS

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;12;13;14;15;16;17;

Saúde

B ZOOM //

ADSE EM SUSPENSO

Os grandes grupos hospitalares ameaçaram “deixar de prestar serviços” à ADSE, mas a presidente deste subsistema garante que está a trabalhar para que tal não venha a acontecer e afasta a ideia de que este subsistema seja igual a um seguro de saúde. O i quis saber quem são os seus beneficiários, como funciona e qual é o verdadeiro risco desta rutura. Também as consequências para os privados poderão estar na mira da Concorrência

TEXTOS *Carolina Brás, Marta F. Reis e Sónia Peres Pinto*

Área: 6188cm² / 64%

Tiragem: 16.000

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6383551

Data: 15.02.2019

Título: HOSPITAIS DE SAÍDA DAS CONVENÇÕES ANUNCIAM CONSULTAS A 35 EUROS

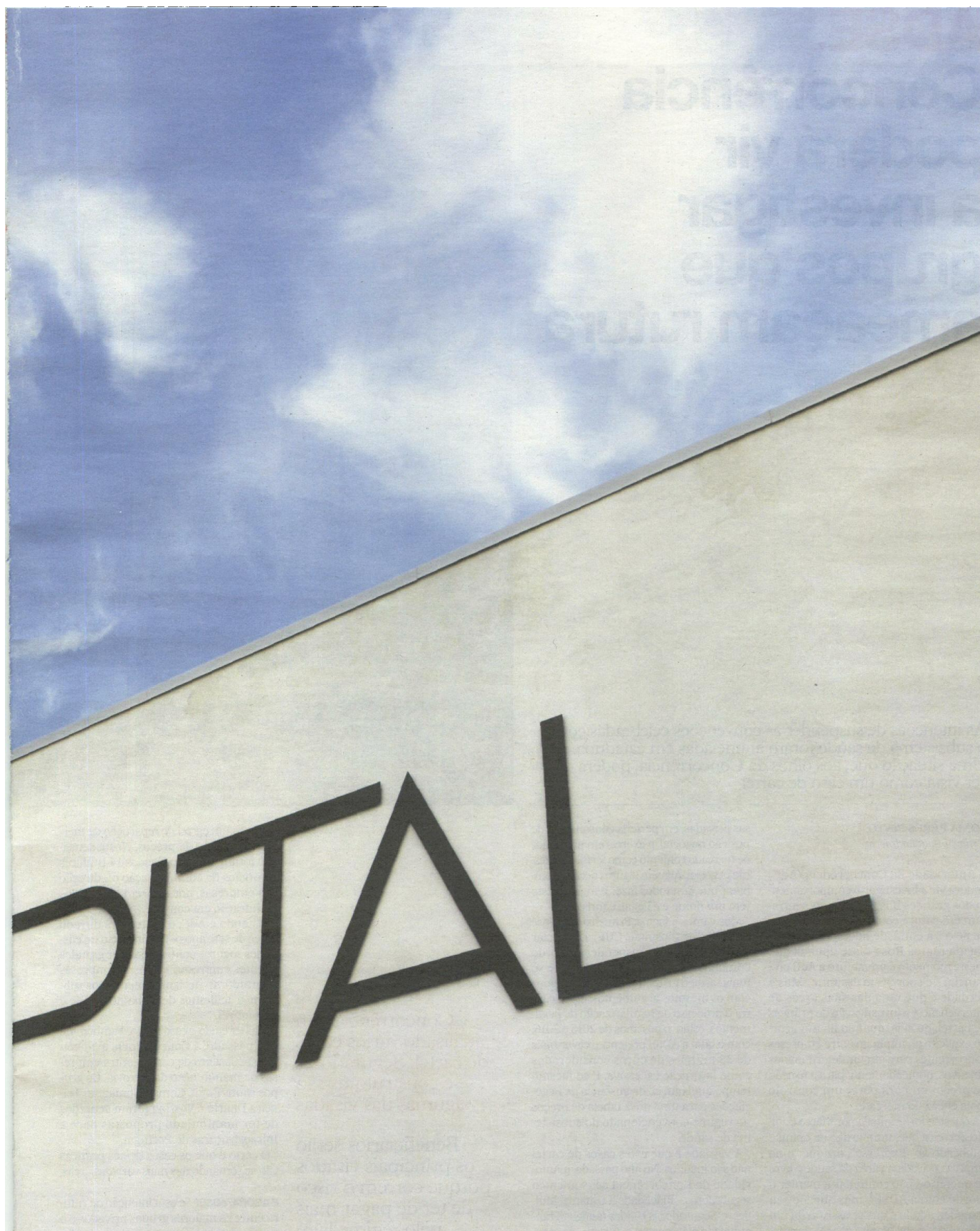
Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;12;13;14;15;16;17;



Área: 6188cm²/ 64%

Tiragem: 16.000

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6383551



Data: 15.02.2019

Título: HOSPITAIS DE SAÍDA DAS CONVENÇÕES ANUNCIAM CONSULTAS A 35 EUROS

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

QuickCom
comunicação integrada

Secção: Nacional

Pág: 1;12;13;14;15;16;17;

Zoom // Saúde

ADSE. Concorrência poderá vir a investigar grupos que ameaçam rutura

As intenções de suspender as convenções celebradas com o subsistema de saúde foram anunciadas em catadupa. Uma situação que, aos olhos da Concorrência, poderá ser vista como um caso de cartel

SÓNIA PERES PINTO
sonia.pinto@ionline.pt

A Autoridade da Concorrência (AdC) poderá vir a investigar o comportamento dos grandes hospitalares que entraram em rutura com a ADSE. Contactada pelo i, a entidade liderada por Margarida Matos Rosa disse apenas que "neste momento é prematuro a AdC pronunciar-se sobre este assunto". Mas a verdade é que uma das suas áreas de intervenção é a investigação de práticas de cartel, ou seja, quando há um acordo explícito ou implícito entre empresas concorrentes para atingir determinados objetivos, nomeadamente para a fixação de preços ou para obter um controlo mais eficaz do mercado.

A questão foi levantada por Marco Capitão Ferreira que, num artigo de opinião publicado no "Expresso", diz que "uma empresa privada na área da saúde é livre de querer ou não continuar a manter o acordo com a ADSE", mas que, no seu entender, aquilo a que se assistiu foi um cenário diferente: "Foram diversas empre-

sas privadas, em perfeita consonância de posição negocial, a exercerem um poder de mercado conjunto como forma de pressão negocial. Alguém algures decidiu combinar que iam todos fazer o mesmo. Isto tem um nome e é ilegal: é um cartel."

Mas vamos a factos. Primeiro foi a José Mello Saúde (hospitais CUF) a anunciar a sua intenção de suspender o acordo com a ADSE, depois a Luz Saúde e só mais tarde o grupo Lusiadas, mas todos com os mesmos argumentos: estão contra o processo de regularização de pagamentos, relativo aos anos de 2015 e 2016, com o qual a ADSE pretende reaver mais de 38 milhões de euros considerados como faturação excessiva. E ao mesmo tempo queixam-se da ausência de negociações para uma nova tabela de preços no regime convencionado do subsistema de saúde.

A verdade é que estes casos de cartel não são inéditos. No ano passado, a Autoridade da Concorrência acusou cinco seguradoras - Fidelidade, Lusitania, Multicare, Seguradoras Unidas (antigas Tranquilidade e Açoreana) e Zurich - de cons-

Concorrência tem
analisado vários casos
de cartel. Seguradoras
e construtoras são
algumas das visadas

Beneficiários serão
os principais visados
porque correm o risco
de ter de pagar mais
pelo regime livre

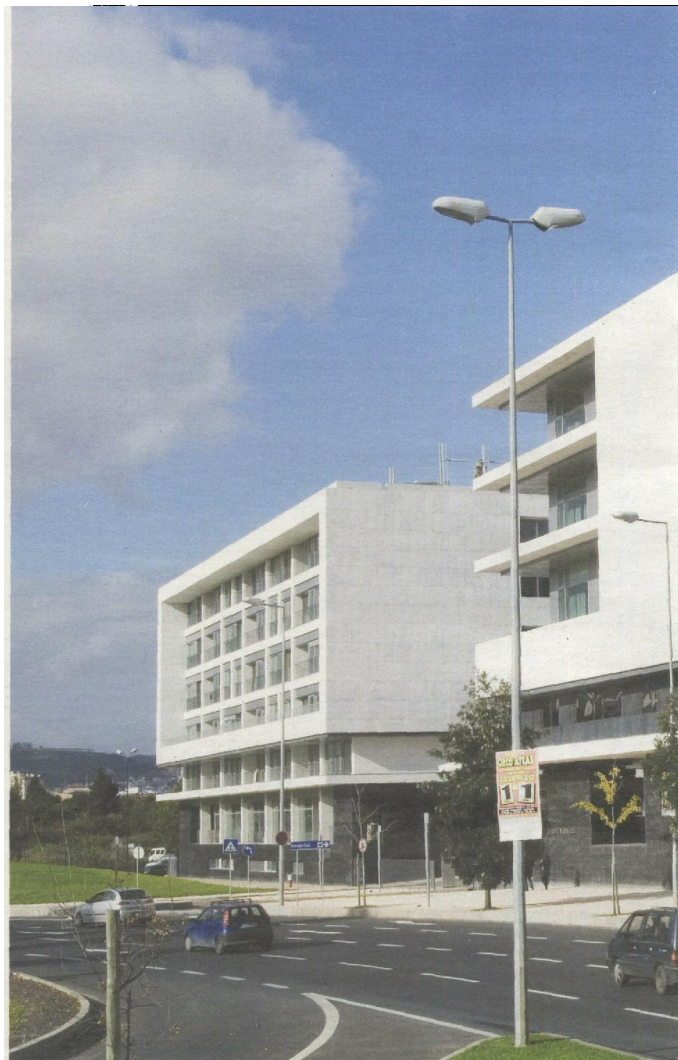
tituírem um cartel de repartição de mercado e fixação de preços. Nesta acusação foram também visados 14 titulares de órgãos de administração ou direção das empresas, por estarem envolvidos na infração em causa.

Segundo a AdC, o cartel terá durado cerca de sete anos e tido impacto no custo dos seguros contratados por grandes clientes empresariais destas empresas seguradoras, designadamente nos sub-ramos acidentes de trabalho, saúde e automóvel.

Mas este não é caso único. Também no ano passado, a Concorrência avançou com acusações de cartel contra empresas de manutenção da ferrovia. Os grupos Mota-Engil, Comsa, Somague, Teixeira Duarte e Vossloh foram acusados de ter manipulado propostas para a Infraestruturas de Portugal.

O certo é que os casos destas práticas vão-se somando nas mais variadas áreas.

E AGORA, ADSE? Se esta intenção de rutura entre os maiores grupos privados e o subsistema de saúde se mantiver, os prin-





Data: 15.02.2019

Título: HOSPITAIS DE SAÍDA DAS CONVENÇÕES ANUNCIAM CONSULTAS A 35 EUROS

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;12;13;14;15;16;17;



Área: 6188cm² / 64%

FOTO Tiragem: 16.000

Cores: 4 Cores

ID: 6383551



A José de Mello Saúde, que gere os hospitais e clínicas CUF, e a Luz Saúde anunciaram romper as convenções com a ADSE a partir da segunda semana de abril

HELENA GARCIA

cipais afetados serão os beneficiários. Estes descontam 3,5% do ordenado para este sistema e, se pretenderem continuar a recorrer aos prestadores privados, terão de utilizar o regime livre. E a utilização deste regime tem dois custos para os beneficiários, como alerta Pedro Pita Barros, que foi presidente da Comissão para a Reforma do Modelo de Assistência na Doença dos Servidores do Estado (ADSE).

Por um lado, os beneficiários terão de adiantar o pagamento do serviço, solicitando depois o reembolso pela ADSE, que será diferente do valor que pagariam caso fossem atendidos no regime de convenção, e, por outro, terão de suportar "o custo de serem defrontados com a situação sem a esperarem, se não tiverem recebido qualquer informação sobre o assunto", disse no seu blogue.

Mas Pita Barros chama ainda a atenção para o risco de perda de negócio por parte dos prestadores privados na relação com a ADSE, com os beneficiários a recorrerem a outros operadores que mantenham as convenções, ou até mes-

A despesa anual média por beneficiário ronda os 493 euros e vai variando consoante a idade

Eugénio Rosa defende a redução do poder destes cinco grupos com vista a criar uma situação de equilíbrio

mo ao SNS. "A incerteza quanto a preços e receitas dos prestadores privados na relação com a ADSE é suficientemente importante para abdicarem desta 'segurança de procura'", salienta.

DESCONTOS ATINGIRAM QUASE 600 MILHÕES Só no ano passado, os beneficiários descontaram para a ADSE 592 milhões de euros. As contas são de Eugénio Rosa, que lembra que, "contrariamente ao que acontece com os outros portugueses, os funcionários públicos pagam duplamente a saúde".

Já a despesa anual média por beneficiário ronda os 493 euros e vai variando consoante a idade. Por exemplo, para um beneficiário com idade inferior ou igual a 20 anos, a despesa está fixada em 130 euros, enquanto para beneficiários com mais de 80 anos ronda os 976 euros, ou seja, 7,5 vezes mais.

Eugénio Rosa fez também um raio-X aos ganhos obtidos pelos maiores grupos hospitalares e chegou à conclusão de que, no período de 2015 a 2018, os cinco maiores grupos privados de saúde -

Luz, Mello Saúde, Lusiadas, Trofa e grupo Hospitais Privados do Algarve - faturaram à ADSE 878,8 milhões de euros, o que representou 58,3% da despesa total que o subsistema de saúde teve neste período com o regime convencionado. "E estes grupos também faturam no regime livre muitos milhões de euros", acrescenta o economista.

"Esta captura da ADSE por parte destes cinco grandes grupos privados de saúde ajudou-os a eliminar, muitas vezes pela aquisição, pequenos e médios prestadores, diminuindo a concorrência e aumentando o seu poder sobre a ADSE, nomeadamente através da sua associação (APHP), de suspender convenções", realça o economista.

Face a este cenário, Eugénio Rosa defende a redução do poder destes cinco grandes grupos com vista a criar uma situação de maior equilíbrio, uma vez que, apesar de admitir que estes grupos sejam "indispensáveis", considera ser necessário assinar novas convenções com pequenos e médios prestadores privados.



Data: 15.02.2019

Título: HOSPITAIS DE SAÍDA DAS CONVENÇÕES ANUNCIAM CONSULTAS A 35 EUROS

Pub:



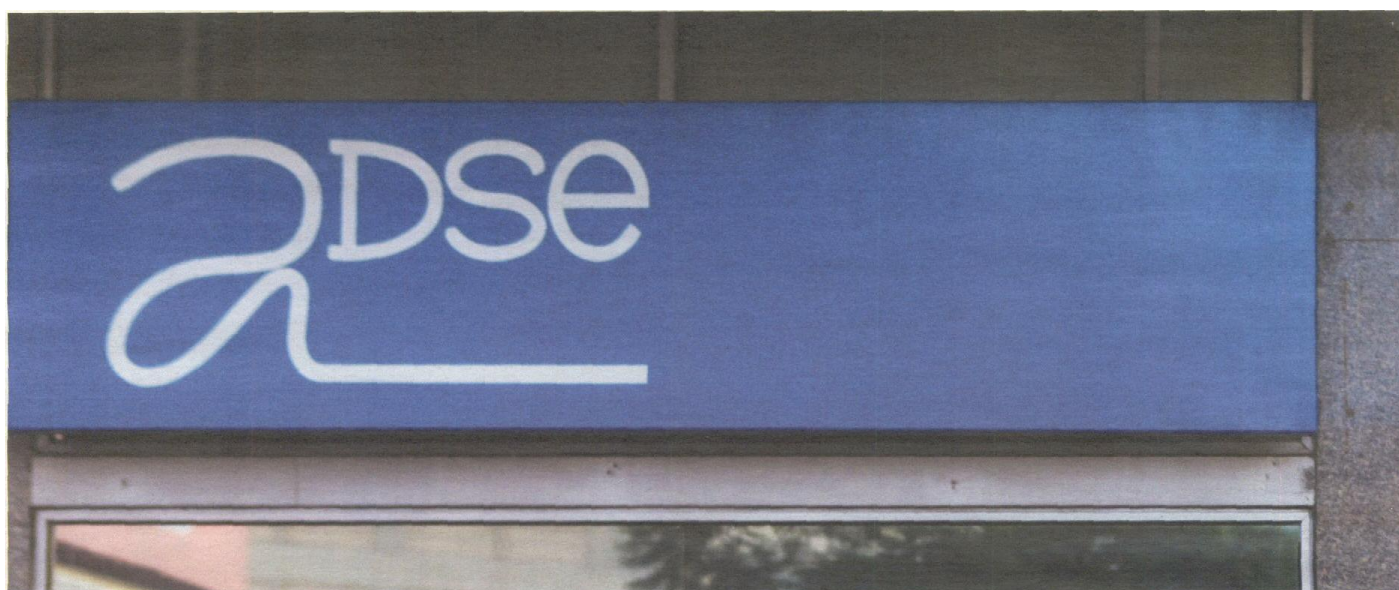
Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;12;13;14;15;16;17;



Subsistemas de saúde. Saiba o que são e como funcionam



O que são os subsistemas de saúde públicos? São responsáveis pela prestação de cuidados de saúde aos membros de certas profissões ou organizações, independentemente do regime de proteção social em que estejam enquadrados, desde que paguem as respetivas quotizações e cumpram os requisitos definidos em regulamento aplicável a cada caso concreto. Foram criados como forma de compensar os baixos salários da função pública. Um dos subsistemas públicos de saúde mais importantes é a ADSE, que existe há mais de meio século. Foi criada em 1963 e, no início, abrangia apenas os funcionários públicos no ativo, mas foi sendo alargada aos dependentes, cônjuges e aposentados. Mas há outros. É o caso da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), dos Serviços de Assistência na Doença – Polícia de Segurança Pública (SAD-PSP) e dos Serviços de Assistência na Doença – Guarda Nacional Republicana (SAD-GNRP).

Como funcionam? Os beneficiários da ADSE pagam 3,5% sobre o seu salário ou pensão e, a partir daí, podem ter acesso a prestadores de saúde privados a preços mais baixos (regime convencionado). Podem ainda optar pelo regime livre, sendo reembolsados mais tarde. Também os beneficiários do sistema de Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM) – assegurada pelo Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA) – descontam 3,5% do seu salário e têm acesso direto ao Hospital das Forças Armadas e a diversos centros de saúde espalhados por várias zonas do país. É o caso, por exemplo, de Coimbra, Tancos e Évora, entre outros. Há também parcerias com grupos hospitalares em que o beneficiário paga a consulta e depois é reembolsado. Mas ao contrário do que acontece na ADSE, a inscrição na ADM é obrigatória.

Quantos beneficiários têm? A ADSE conta atualmente com 1,2 milhões de beneficiários, entre funcionários públicos no ativo, aposentados do Estado e familiares, sendo um sistema de saúde pago exclusivamente com os descontos mensais dos beneficiários titulares. Já o ADM contava, no final do ano passado, com 115 085 beneficiários, dos quais 58 967 titulares e 56 118 familiares.

Quais os custos suportados pela ADSE? De acordo com o último relatório de contas publicado pela ADSE, o universo dos prestadores convencionados, em 2016, abrangeu 1613 entidades. E segundo o mesmo documento, cerca de 908 mil beneficiários procuraram a rede da ADSE, enquanto 475 mil optaram pelo regime livre. Os custos com o sistema de financiamento de cuidados de saúde suportados diretamente pela ADSE totalizaram 538,8 milhões de euros em 2015, um acréscimo de 19,6% face ao ano anterior. A faturação dos prestadores da rede convencionada aumentou 26,3% entre 2015 e 2016, para 405,3 milhões de euros. Segundo o relatório, o custo médio de financiamento por beneficiário da ADSE no regime convencionado “tem vindo a aumentar substancialmente ao longo dos últimos anos”, tendo crescido 29,6% entre 2015 e 2016, para 331,45 euros. Já o custo médio por beneficiário em regime livre foi de 137,74 euros.

O que mudou nos últimos anos? Em 2006, com o governo de José Sócrates, foram levadas a cabo várias alterações ao funcionamento e ao esquema de benefícios da ADSE. A inscrição na ADSE deixou de ser obrigatória e os beneficiários passaram a poder renunciar ao subsistema de saúde – no entanto, sem hipótese de regressar. O desconto aumentou em 2007 para 1,5% no caso dos funcionários no ativo e os aposentados passaram a contribuir com 1% da sua pensão, percentagem que foi subindo gradualmente até atingir 1,5%. Os descontos passaram então a constituir receita própria da ADSE. Durante a troika, este subsistema sofreu ainda mais alterações. O desconto dos beneficiários aumentou num primeiro momento para 2,5% e, menos de um ano depois, em maio de 2014, voltou a subir para 3,5%, valor que se mantém atualmente. Foi nessa altura que o sistema deixou de receber verbas do Orçamento do Estado e passou a ser suportado integralmente pelos descontos dos beneficiários.

Área: 6188cm² / 64%

Tiragem: 16.000

Foto: 4 Cores

ID: 6383551



Data: 15.02.2019

Título: HOSPITAIS DE SAÍDA DAS CONVENÇÕES ANUNCIAM CONSULTAS A 35 EUROS

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;12;13;14;15;16;17;



Numa altura em que os grandes grupos hospitalares batem com a porta à ADSE, o i fez um levantamento de todos os subsistemas de saúde públicos: quem beneficia, como funcionam, quais os entraves e quais os riscos de se tornarem insustentáveis

MARTA F. REIS
marta.reis@ionline.pt

SÓNIA PERES PINTO
sonia.pinto@ionline.pt



Os preços atuais são mais vantajosos do que os seguros? No caso das consultas, neste momento sai mais barato até do que ir ao SNS. Por consultas de clínica geral na rede convencionada, os beneficiários da ADSE pagam 3,49 euros. No SNS, a taxa moderadora por uma consulta no médico de família é 4,5 euros. Por consultas de especialidades hospitalares, a parte a pagar pelos beneficiários é de 3,99 euros. Nos hospitais do SNS paga 7 euros. Já por um atendimento médico permanente num hospital privado é cobrado aos beneficiários 19,55 euros. No SNS, uma ida às urgências ficará mais barato: custa 18 euros (mas se for encaminhado pela Saúde 24 não paga). Nas análises e exames, os preços são mais baixos do que os que são garantidos pelos seguros. Por exemplo, para os beneficiários da ADSE, uma TAC terá o custo máximo de 18 euros (o valor depende da zona do corpo), mas por uma TAC feita com credencial do SNS, o custo máximo é de 15 euros. Com um seguro, dependendo da franquia, é possível fazer por 20 euros.

O que diferencia este subsistema de um seguro? Os seguros de saúde são mais limitados do que a ADSE. E isso verifica-se na cobertura. Um plano privado apresenta limitações relacionadas, nomeadamente, com exclusões (por exemplo, hemodiálise, quimioterapia, fisioterapia), períodos de carência, franquias e limites reduzidos (por exemplo, estomatologia), entre outros. Não se esqueça que há determinadas especialidades que são pagas à parte, ou seja, não estão contempladas na cobertura-base. É o caso, por exemplo, de estomatologia e partos. Além disso, como tem uma duração anual, não é garantido que continue a poder usufruir da sua cobertura nos anos posteriores. Conte ainda com períodos de carência e, apesar de já existir alguma oferta sem essa exigência, a maioria continua a ter essa condição em vigor, que é de 90 dias. Outra limitação diz respeito à idade. A maioria das companhias de seguros não aceitam novas adesões de quem tenha mais de 55 anos e, geralmente, não renova o seguro quando se chega aos 65 anos.

O que provocou esta rutura da ADSE com alguns grupos hospitalares? As novas tabelas de preços que a ADSE apresentou ao setor privado motivaram fortes críticas do setor, tendo a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP) considerado que os valores representavam "perdas inaceitáveis" para os privados e punham em causa o acesso dos beneficiários aos cuidados de saúde. Mas o braço-de-ferro entre as duas partes ganhou novos contornos quando, no final do ano passado, o conselho diretivo do instituto público comunicou aos hospitais e clínicas privados que estes teriam de devolver 38 milhões de euros devido a excessos de faturação efetuados entre 2015 e 2016. A decisão da ADSE teve por base um parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR), que surgiu na sequência de um recurso à justiça por parte da APHP em que contestava as regularizações.

Qual é a sustentabilidade destes subsistemas de saúde? Sendo totalmente sustentados pelos descontos dos beneficiários, estes subsistemas sobrevivem melhor quanto maior for o número de adesões. De acordo com um estudo da Deloitte feito para a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada, entre 2012 e 2017, o número de beneficiários da ADSE caiu em média 1,9% ao ano, prevendo-se que a este ritmo o subsistema tenha 1,118 milhões de beneficiários dentro de cinco anos. Para que em 2022 se atinja de novo o atual valor de 1,2 milhões de beneficiários, o estudo sugere que é preciso que entrem no sistema 82 mil. Já em relação à ADM, o Tribunal de Contas alertou recentemente para o elevado nível de dívidas deste subsistema de saúde. Entre 2016 e 2017, a dívida contabilizada do IASFA aumentou a um ritmo de cerca de 1,3 milhões de euros por mês, e em 31 de dezembro de 2017 ascendia a cerca de 76 milhões de euros, dos quais 69 milhões (91%) estavam relacionados com a dívida a prestadores de cuidados de saúde da ADM.

Estes subsistemas poderão ser alargados a outros beneficiários? O conselho geral e de supervisão da ADSE aprovou, no ano passado, um parecer que deu luz verde ao alargamento a novos beneficiários, mas ainda não entrou em vigor. Numa primeira fase iria abranger os funcionários com contrato individual de trabalho e os "arrependidos" (funcionários que renunciaram à ADSE e que, à luz das regras em vigor, estão impedidos de regressar). Com a entrada dos CIT e dos arrependidos, a ADSE poderá ganhar cerca de 60 mil novos beneficiários. Em suspenso ficou a proposta de um alargamento mais vasto. Recorde-se que nas propostas iniciais chegou a ser admitida a entrada dos cônjuges dos beneficiários.



Data: 15.02.2019

Título: HOSPITAIS DE SAÍDA DAS CONVENÇÕES ANUNCIAM CONSULTAS A 35 EUROS

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;12;13;14;15;16;17;



Zoom // Saúde

Nos hospitais CUF,
as consultas
de atendimento permanente
vão passar a ter um
custo de 40 euros

MIGUEL SILVA



ADSE. Beneficiários vão pagar quatro vezes mais por consultas médicas

CAROLINA BRÁS
carolina.bras@ionline.pt

Marcar uma consulta pela ADSE vai mudar nos principais hospitais privados. A diferença? O preço será quatro vezes superior. A partir do momento em que os hospitais abandonem o contrato com a ADSE, os beneficiários vão ser obrigados a pagar no ato da consulta médica de especialidade um total de, no mínimo, 35 euros, quando até agora paga-

vam apenas 3,95 euros. A ADSE garante o reembolso de 20,45.

Feitas as contas, mesmo depois do reembolso da ADSE, o utente passará a pagar cerca de 15 euros por consulta, quatro vezes mais do que aquilo que até agora acontecia. A saída deste acordo por parte de hospitais como os do grupo José de Mello Saúde, que gere os hospitais CUF, os do grupo Lusiadas ou os da Luz Saúde acaba por ser prejudicial para aqueles que apenas dispõem

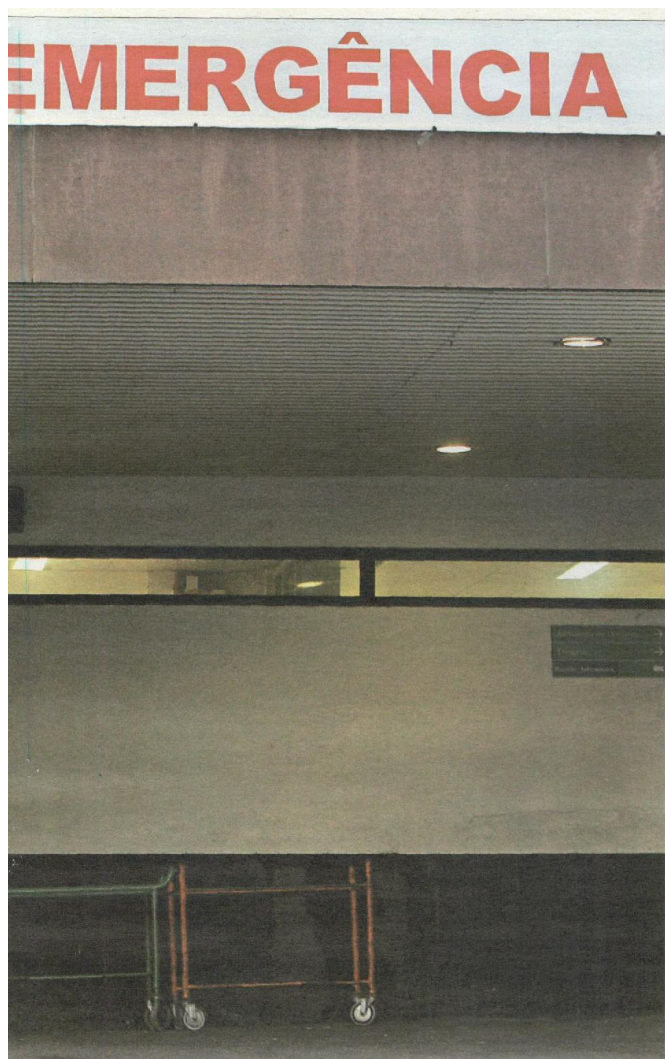
deste subsistema de saúde, sem qualquer outro seguro.

No que diz respeito ao grupo Lusiadas, este já informou estar a analisar o corte de relações com a ADSE, mas ainda pouco se sabe sobre o que irá acontecer. O i tentou marcar uma consulta no hospital do grupo em Lisboa com recurso a este subsistema e continua tudo como acontecia até hoje em termos de pagamentos e marcações.

Em comunicado, o grupo já tinha garantido que irá assegurar o acompanhamento e tratamento de todos os clientes e que "criará uma tabela própria para que os mesmos beneficiários possam aceder às [suas] unidades, podendo posteriormente pedir o reembolso à ADSE em regime livre".

Na origem de todo este descontentamento por parte do grupo está uma tabela de preços que consideram desajustada ou que não permitem o nível de segurança e qualidade dos serviços prestados. Ao contrário deste grupo, há outros em que as mudanças já estão em marcha. Se for beneficiário da ADSE deve começar a estar atento, uma vez que estas novas condições vão entrar em vigor nos hospitais CUF e Luz nos próximos meses.

Os utentes que quiserem marcar uma consulta ou um exame nos hospitais e clínicas da rede Luz terão de o conseguir



Dúvidas e descontentamento por parte dos utentes

Associação 30 de Julho pede a participação ativa dos beneficiários

O problema entre os hospitais e a ADSE traz consigo milhares de beneficiários descontentes e que hoje se sentem confusos com o que vai acontecer com as consultas e exames marcados, assim como com os preços praticados. "Não percebo nada do que está a acontecer", disse ao i uma beneficiária de 73 anos, paciente do hospital da Luz. "Tenho de perceber quanto é que vão custar as consultas. Não quero ter descontado até agora para passar a pagar um balúrdio", confessou.

O descontentamento é generalizado. No Facebook oficial de cada hospital podem ler-se muitas reivindicações e queixas. "Lamento a postura que estão a ter com as pessoas que descontam", escreveu uma das internautas na rede social da CUF. Uma insatisfação que as pessoas que fazem parte da associação nacional de beneficiários da ADSE, Associação 30 de Julho, também não escondem nas redes sociais. "Estão a fazer tudo para derrubar a ADSE e tudo com interesses, negócios e lutas partidárias pelo meio", diz um dos intervenientes.

Para esclarecer os utentes, a associação irá promover sessões de esclarecimento e debate que irá incidir sobre a situação atual e futura do subsistema de saúde. A única que já está agendada será no dia 25 de julho em Lisboa, mas o Porto e Coimbra vão também receber estas palestras.

Em comunicado, esta associação pediu ainda a interven-

ção dos beneficiários, uma vez que "a gravidade da situação exige o alerta". Como tal, esta afirma que é indispensável que Conselho Diretivo da ADSE e o governo encontrem uma solução para que sejam defendidos os interesses dos beneficiários "sem prejuízo de assegurar o necessário alargamento da rede a novos prestadores convenccionados".

No mesmo comunicado, a associação 30 de Julho destaca ainda o momento como uma crise da ADSE, que "poderá afetar seriamente os legítimos interesses dos beneficiários da ADSE os quais são, como bem reconhece a senhora ministra da Saúde, os exclusivos financiadores deste sistema".

A associação afirmou já ter pedido reuniões com todos os grupos parlamentares. Até agora, segundo publicação feita no Facebook na tarde desta quinta-feira, o CDS, PS e PSD acederam ao pedido e as reuniões já estão marcadas. "Vamos transmitir aos Grupos Parlamentares as nossas preocupações com a situação presente e futura da ADSE, a nossa avaliação do funcionamento da ADSE e do atual modelo de organização em que a participação dos beneficiários é insuficiente e a nossa oposição à pressão inaceitável que os grandes grupos privados de saúde estão a fazer", explicam na página.

A associação aproveitou ainda para reiterar a necessidade de entrevistas ao governo e ao Conselho Diretivo da ADSE, uma vez que já o tinha feito depois de, no final do ano, a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada ter admitido o corte da convenção com a ADSE.

fazer para datas até dia 15 de abril, caso pretendam beneficiar dos regime convencional. Todas as marcações para uma data posterior terão o valor de 35 euros, sem contar com o posterior reembolso.

Ainda assim, o grupo afirma que, em casos especiais, como o acompanhamento até à data de alta depois do parto, tratamentos oncológicos e cuidados de saúde de internamento, iniciados antes do desse dia serão abrangidos pelo atual regime da ADSE. Quanto a exames ou consultas mais específicas, o hospital diz que estes irão estar sob consulta de uma nova tabela de preços especiais do hospital, mas que esta ainda não é conhecida.

Já nos hospitais CUF, o acordo será suspenso no próximo dia 12 de abril e o processo é idêntico ao que acontece nos hospitais da Luz. Os utentes que tiverem marcação de consultas ou exames até dia 11 de abril poderão usufruir da convenção até agora celebrada com a ADSE, a partir de dia 12 o preço mínimo é de 35 euros.

O i tentou perceber o que ia mudar na marcação de consultas no hospital da CUF Descobertas. Consultas de especialidade terão o custo de 35 euros e as de pediatria 37,5 euros. Já as consultas de atendimento permanente serão 40 euros e, neste caso, a ser necessário uma consulta de especialidade acrescem 35 euros.

O REEMBOLSO E OS SEGUROS DE SAÚDE
Nas chamadas feitas pelo i para os dois hospitais, como se fosse um utente com ADSE, os esclarecimentos foram claros sobre se compensaria mais continuar com este subsistema ou fazer um seguro: "Caso tenha seguro, será mais barato. Até porque, neste caso e consoante a apólice, o utente irá pagar apenas 15 euros no ato da consulta e não terá de esperar pelo reembolso".

Para receber o dinheiro da consulta ou exame, todos os beneficiários da ADSE deverão enviar os documentos originais da despesa, como o recibo ou fatura no prazo de seis meses desde o momento do pagamento.

A ADSE explica, no entanto, que não serão aceites recibos que contenham mais do que uma consulta médica ou um fracionamento da despesa a um médico em mais do que um recibo.

O dinheiro será reembolsado através de transferência bancária e não deve, em casos normais, demorar mais de dois meses depois do recebimento dos documentos. Através da ADSE direta, o prazo será menor.

No site da ADSE, os beneficiários podem ter acesso ao valor do reembolso através da tabela de preços e regras em vigor para o regime livre.



Associação vai promover sessões de esclarecimento



Data: 15.02.2019

Título: HOSPITAIS DE SAÍDA DAS CONVENÇÕES ANUNCIAM CONSULTAS A 35 EUROS

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

QuickCom
comunicação integrada

Secção: Nacional

Pág: 1;12;13;14;15;16;17;

Zoom // Entrevista

Sofia Portela. “O regime de benefícios da ADSE não tem comparação com um seguro”

Presidente da ADSE diz que, até ao momento, não houve qualquer comunicação de suspensão de convenção, apenas de agendamentos. Está a trabalhar para que “tal não venha a acontecer”

MARTA F. REIS
marta.reis@ionline.pt

A semana ficou marcada por anúncios de suspensões de convenções com a ADSE por parte da José de Mello Saúde, Luz Saúde e Lusíadas. Estas suspensões foram comunicadas formalmente à ADSE?

A ADSE recebeu comunicações de três prestadores em que dois deles comunicam suspensão de agendamento, não é suspensão de atos. É suspensão de agendamento para o período após meados de abril. Não há qualquer denúncia de contrato que a ADSE tenha recebido, portanto os beneficiários podem recorrer aos cuidados de saúde em regime convencional com todos os prestadores como sempre o fizeram até hoje.

Os partidos à esquerda falam de uma chantagem por parte destes grupos e já foi suscitada a questão de esta sucessão de anúncios poder constituir uma forma de cartel. Como viu o desenrolar de acontecimentos ao longo desta semana?

Não me vou pronunciar sobre esse aspeto.

Estes grupos estão já a comunicar preços especiais para os beneficiários da ADSE, por exemplo 35 euros por consulta. No futuro a ADSE pondera pôr algum travão no acesso a estes hospitais no regime livre?

A ADSE não conhece que preços se encontram a praticar ou que pretendem vir a praticar no futuro noutros regimes. Apenas os prestadores poderão responder a essa pergunta. Mas como é do conhecimento público, a ADSE encontra-se a rever as suas tabelas, quer a de regime convencional, quer de regime livre.

Em relação à intenção de reforçar a

cooperação com hospitais das misericórdias e Hospital da Cruz Vermelha, cenário noticiado esta semana, calculam que tenham capacidade para absorver os atos que até aqui eram prestados nestes grupos? São unidades muito grandes, que têm convenção com a ADSE, unidades que os nossos beneficiários valorizam bastante e que são de reconhecida qualidade, com diversidade de serviços e cuidados de saúde muito diferenciados. Naturalmente que a ADSE pretende continuar a trabalhar com estes prestadores como sempre o fez e, como já veio a público, os próprios prestadores manifestaram o seu interesse em continuar a convenção com a ADSE e reforçar essa convenção. Com a saída anunciada de grupos da rede convencionada alguns beneficiários podem começar a fazer contas sobre se compensa mais ter um seguro privado. Vê sinais de uma concorrência mais agressiva por parte das seguradoras?

Dizia que o regime de benefícios da ADSE não tem comparação com um seguro. Os seguros privados que se encontram no mercado têm plafonds,

limites de idade, etc, que são situações que o regime de benefícios da ADSE no geral não contempla. Em muitas áreas, o regime da ADSE, ao não ter qualquer tipo de plafond, atinge despesas para alguns beneficiários muito elevadas que não há seguro de saúde em Portugal que suporte esse tipo de encargos. As pessoas estão um pouco confusas com esta situação. Tem receio que possam surgir até cenários de publicidade mais enganosos e que os beneficiários tomem decisões sem estar suficientemente informados?

Espero que tal não venha a acontecer. Já tiveram pedidos de saída por parte de beneficiários? Não. O alargamento da ADSE aos trabalhadores do Estado com contratos individuais de trabalho está em cima da mesa há vários meses. Será feito em breve?

É algo que está em análise, requer um estudo rigoroso e que se encontra em desenvolvimento.

Está à frente da ADSE há seis meses. Entende que continua a haver situações de abusos de faturação por parte dos prestadores privados ou as regras em vigor acautelam essa questão?

Eu não falo nesses termos. O pedido de regularização retroativa não se tratou de apurar faturas que entendem ter sido excessivas?



Na prática estas regularizações referem-se a alguns atos que têm preços abertos. Ou seja, que os prestadores poderiam faturar o valor que entendessem. À luz das regras das tabelas em vigor desde 2014, a ADSE pagaria esses valores que eles faturassem, portanto que entendessem, e quando o ano estivesse fechado, apurava no caso dos procedimentos cirúrgicos a média mais 10% e regularizava o que excedesse esse montante. No caso dos medicamentos neoplásicos e dos dispositivos médicos a ADSE apurava para cada medicamento em específico e para cada dispositivo, códigos do Infarmed que são únicos, o valor mínimo praticado para cada um destes atos e regularizava com base nesse valor. Os grupos contestam que é insustentável estar a abrir anos contabilísticos que estão fechados e que essa regra não tem em conta diferenças de qualidade nos prestadores.

No fundo houve aqui um processo. A Associação de Hospitalização Privada colocou uma providência cautelar contra a ADSE alegando ilegalidade das regularizações, à qual o juiz não deu provimento. Foi solicitado parecer do conselho consultivo da PGR, tendo o mesmo emitido como parecer, por unanimidade, que as regularizações eram legais. Foi com base nessa situação [que se fez o pedido de regularização]. Tendo o parecer sido homologado pela tutela, a ADSE é obrigada a executar.

Área: 6188cm² / 64%

Tiragem: 16.000

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6383551



Data: 15.02.2019

Título: HOSPITAIS DE SAÍDA DAS CONVENÇÕES ANUNCIAM CONSULTAS A 35 EUROS

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

QuickCom
comunicação integrada

Secção: Nacional

Pág: 1;12;13;14;15;16;17;

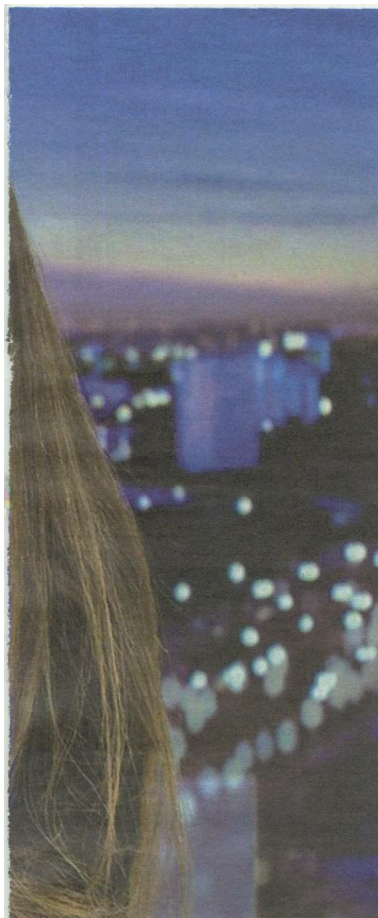
Área: 6188cm² / 64%

Tiragem: 16.000

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6383551



Os privados apresentam um parecer do constitucionalista Vital Moreira alegando o contrário, que é um pedido ilegal.

Não vou comentar.

Disse entretanto que esta medida é transitória. Foi um recuo da ADSE?

Não. O que acontece é que esta medida está em vigor e a ADSE para muito breve espaço de tempo conta ter uma tabela que fecha estes preços, ou seja vai ter um preço máximo que a ADSE, e o beneficiário quando é o caso, suportam para estes atos. Estando um preço fixo máximo, naturalmente que a partir desse momento não se coloca a regra das regularizações, deixa de ter qualquer sentido.

Essa situação já tinha sido comunicada às empresas?

Sim, há bastante tempo que foi comunicado aos prestadores, tem sido insistentemente comunicado.

Que explicação encontra então para este esticar de corda?

A ADSE encontra-se em diálogo como os prestadores, na procura da defesa dos interesses dos beneficiários e portanto é um processo que vamos continuar. Contamos conseguir chegar a entendimento e a bom termo neste processo. Este é o ponto de situação.

Espera ainda que não haja qualquer denúncia de convenção?

Naturalmente que estamos a desenvolver todos os esforços para que tal não venha a acontecer.

A CRISE DA ADSE EM REVISTA

13 de dezembro de 2018

"ADSE viola o princípio da confiança e abala o regime convencionado", diz em comunicado a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHA). Em causa o pedido de regularizações de 38 milhões de euros por faturas nos anos de 2015 e 2016.

16 de dezembro de 2018

Numa entrevista ao "Diário de Notícias", a ministra da Saúde renova o cenário de mutualização da ADSE. "A iniciativa privada tem um lugar, mas é um lugar que depende de o Estado necessitar dela. (...) Porque, infelizmente, a maioria dos portugueses quando recorre à saúde privada recorre ainda porque o Estado paga. Acho que é muito importante que isto fique percebido: nós temos situações frequentes em que operadores privados investem, instalam-se e depois fazem pedidos de contratação. Como temos também a situação da própria ADSE, que é uma entorse no nosso funcionamento. Não será corrigida por esta Lei de Bases, mas tinha até no programa do governo uma orientação para a sua mutualização progressiva. Não escamoteamos que todos estes funcionamentos paralelos acabam por prejudicar o funcionamento do SNS"

27 de dezembro de 2018

"Hospitais privados apelam à revogação de medidas que põem em causa o regime convencionado da ADSE e à defesa dos interesses dos respetivos beneficiários", diz a APHA na sequência de uma assembleia-geral extraordinária. Invocam as palavras de Marta Temido para acusar o Ministério de confundir a gestão do subsistema com a gestão do SNS. À Lusa, Óscar Gaspar admite o cenário de rutura. "Admito que haja associados que entendem que conseguem conviver com esta regra, mas o que nos foi dito é que a generalidade dos associados não consegue conviver e a decisão radical seria deixar de ter o regime convencionado".

27 de janeiro de 2019

Em entrevista ao jornal i, João Proença, presidente do Conselho Geral e de Supervisão da ADSE, confirma o cenário. "Não é só uma ameaça. O que está em causa? Temos milhares de convenções, mas temos quatro ou cinco grandes grupos hospitalares que são os

grandes prestadores de saúde, e nesses grupos tem havido comportamentos abusivos".

28 de janeiro de 2019

Em entrevista ao jornal "Público", Óscar Gaspar refere que a regra [das regularizações] "leva a que uma série de operadores entendam que não há condições de se manterem no regime convencionado (...) Houve da parte dos hospitais e da APHP um alerta de que não está apenas em causa a regra das regularizações, mas a confiança dos operadores".

5 de fevereiro

"É muito importante que as pessoas se mantenham, agora não pode ser a qualquer custo e não podemos ficar sujeitos a medidas de caráter administrativo e sempre penalizadoras dos hospitais", diz Óscar Gaspar numa entrevista à RTP3. "A ADSE coloca-se numa posição majestática de dizer: eu sou o Estado, as regras são assim. Os hospitais privados não podem estar num cenário de imprevisibilidade absoluta".

6 de fevereiro

O "Expresso" noticia que a José de Mello Saúde e a Luz Saúde vão suspender convenções com a ADSE a partir de abril. A ADSE emite um comunicado dizendo que a notícia publicada na edição online do semanário "não tem fundamento", garantindo estar "atenta aos acontecimentos e face ao crescimento significativo da oferta privada de cuidados de saúde em Portugal irá fazer novas convenções com outros prestadores se se vier a concretizar esta ameaça".

12 de fevereiro

José de Mello Saúde e Luz Saúde comunicam internamente a suspensão das convenções a partir de abril e prometem novas tabelas de preços para beneficiários do subsistema. Conselho Geral de Supervisão reitera que o reforço do controlo da despesa é um imperativo para a sustentabilidade da ADSE e apela a um diálogo urgente. Marcelo Rebelo de Sousa apela ao bom senso. "A ADSE é muito importante, não interessa que entre em crise, no sentido de as pessoas deixarem de acreditar - uma vez que é facultativa - nela e, por outro lado, que não haja

a preocupação de não haver uma alternativa que evite a sobrecarga do Serviço Nacional de Saúde". PCP fala de chantagem. "Não devemos deixar o SNS aprisionado aos grandes interesses", diz Jerónimo de Sousa. O CDS acusa o governo de estar a destruir a ADSE.

13 de fevereiro

Grupo Lusíadas comunica a intenção de romper convenções com a ADSE, não avançando uma data. Neste mesmo dia, a Luz Saúde anuncia que vai romper convenções com o subsistema das Forças Armadas, decisão que também já tinha sido comunicada pela José de Mello Saúde. "O que está a acontecer com a ADSE é o exemplo acabado do que faz o negócio privado da doença quando tem poder. Utiliza os utentes, faz chantagem com quem está doente para poder cobrar a mais, para poder cobrar tudo o que quiser", diz Catarina Martins, líder do Bloco de Esquerda. "Se há da parte do governo alguma estratégia no sentido de dificultar tanto, tanto, que a ADSE acaba, acho que são suicidas, nem estão a ver bem o que estão a fazer. Se há da parte do governo preocupação de negociar no sentido de acabar com os abusos que sempre houve, então estão a ver bem a questão e devem ir por esse caminho", afirma Rui Rio.

14 de fevereiro

O primeiro-ministro garante que os cuidados de saúde dos beneficiários de saúde da ADSE não estão em causa. "Nós iremos garantir todos os direitos dos beneficiários da ADSE que descontam mensalmente as suas contribuições para terem direito a esse sistema de saúde, mas também não nos podemos deixar capturar pelos interesses privados, que gostariam, naturalmente, de ganhar mais do que aquilo que é razoável ganhar", diz António Costa. Fica marcada uma reunião do Conselho Geral e de Supervisão da ADSE com a ministra da Saúde para a próxima terça-feira. Depois de uma reunião com PSD e CDS no parlamento, Óscar Gaspar afirma que "ainda há espaço" para que os grandes grupos privados recuem. "A Associação sempre esteve aberta para o diálogo, e aquilo que nos espanta é que, de facto, tenha havido apenas silêncio do lado da ADSE, pelo menos desde Outubro".